

Anexo I

Declaração de (in)existência de conflitos de interesses

(para efeitos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e n.ºs 2 e 3 do artigo 90.º da NCI deste Município, em linha com o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses aprovado e constante em anexo à Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, na atual redação, ainda que não vigente)

DECLARAÇÃO APLICÁVEL NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTOS, INCLUINDO A PRESIDENTE E VEREADORES FORA DO CONTEXTO DE REUNIÃO DO ÓRGÃO CÂMARA MUNICIPAL

(Nome) _____, na qualidade de () membro do Órgão Câmara Municipal () Presidente / () Vereador/a com o(s) pelouro(s) de _____, () membro do GAP ou GAV / () dirigente / () trabalhador/a / () prestador/a de serviços, a desempenhar funções no Município de Pombal, abrangido pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), afeto/a ao () Gabinete / () Direção / () Departamento / () Divisão / () Unidade / () Equipa / () Serviço / () Secção de _____, interveniente no presente procedimento, sob a referência _____, por ser, no contexto deste mesmo, _____, conducente a/ao _____, associado a:

Nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RGPC, à(s) matéria(s) ou área(s) de:	Nos termos alargados pelo n.º 2 do artigo 91.º da NCI, à(s) matéria(s) ou área(s) de:
<input type="checkbox"/> Contratação pública; <input type="checkbox"/> Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios; <input type="checkbox"/> Licenciamentos urbanísticos, ambientais, comerciais e industriais; <input type="checkbox"/> Procedimentos sancionatórios;	<input type="checkbox"/> Recursos humanos, compreendendo os diversos segmentos de atuação neste domínio; <input type="checkbox"/> Avaliação de desempenho; <input type="checkbox"/> Conferência de faturas e pagamentos; <input type="checkbox"/> Cedência temporária de espaços e equipamentos; <input type="checkbox"/> Fiscalização e medição de obras públicas municipais; <input type="checkbox"/> Fiscalização municipal; <input type="checkbox"/> Outra(s) _____

Inexistindo conflito de interesses:

Declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao procedimento acima referenciado, não se encontra numa situação de conflito de interesses, relacionados com o () objeto e ou com os () intervenientes e ou () visados no mesmo, conforme previsto no n.º 4 do artigo 13.º do RGPC, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou ao Presidente da Câmara (conforme n.º 1 do artigo 70.º do CPA) ou, na ausência do primeiro, ao responsável pelo cumprimento normativo, no caso, o Diretor Municipal de Gestão Integrada, deste Município, nos termos do disposto no artigo 13.º do RGPC.

Existindo conflito de interesses:

Declara, nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 13.º do RGPC e do n.º 3 do artigo 90.º da NCI deste Município, que se encontra, na presente data, em situação de conflito de interesses, relacionados com o () objeto e ou com os () intervenientes e ou () visados no procedimento mencionado, **circunstância que considera tratar-se de:**

- **Impedimento**, em linha com o previsto no artigo 69.º do CPA, em razão de _____, **facto que, por esta via, comunica ()** ao superior hierárquico ou () ao Presidente da Câmara (conforme n.º 1 do artigo 70.º do CPA) ou, na ausência do primeiro, () ao responsável pelo cumprimento normativo, no caso, o Diretor Municipal de Gestão Integrada, deste Município (conforme n.º 3 do artigo 13.º do RGPC), **não podendo, por isso, intervir no contexto do referido procedimento, suspendendo, nesta data, a sua atividade no âmbito deste mesmo** (atenta a leitura conjugada do n.º 1 do artigo 69.º com o n.º 1 do artigo 71.º, ambos, do CPA);
- **Fundamento de escusa**, em linha com o previsto no artigo 73.º do CPA, em razão de _____, **facto que, por esta via, comunica ()** ao superior hierárquico ou () ao Presidente da Câmara (conforme n.º 1 do artigo 75.º conjugado com o n.º 1 do artigo 70.º do CPA) ou, na ausência do primeiro, () ao responsável pelo cumprimento normativo, no caso, o Diretor Municipal de Gestão Integrada, deste Município (conforme n.º 3 do artigo 13.º do RGPC), **pedindo, por isso, dispensa de intervir no contexto do referido procedimento** (atenta a leitura conjugada do n.º 1 do artigo 73.º com o n.º 3 do artigo 75.º, ambos, do CPA);
- **Proibição especial**, em linha com o previsto no artigo 24.º da LTFP, em razão de _____, **facto que, por esta via, comunica ()** ao superior hierárquico ou () ao Presidente da Câmara (conforme n.º 1 do artigo 70.º do CPA) ou, na ausência do primeiro, () ao responsável pelo cumprimento normativo, no caso, o Diretor Municipal de Gestão Integrada, deste Município (conforme n.º 3 do artigo 13.º do RGPC), **não podendo, por isso, intervir no contexto do referido procedimento, suspendendo, nesta data, a sua atividade no âmbito deste mesmo** (atenta a leitura conjugada do n.º 1 do artigo 69.º com o n.º 1 do artigo 71.º, ambos, do CPA).

Município de Pombal, ___ de _____ de 202__ O / A _____ | _____

Nota 1: acaso a matéria ou área do(s) procedimento(s) em presença seja a contratação pública, a subscrição da presente declaração é dispensada, nos termos do n.º 3 do artigo 91.º da NCI deste Município, para os intervenientes que tenham subscrito a(s) declaração(ões) prevista(s) no n.º 5 do artigo 67.º e no n.º 7 do artigo 290.º-A, ambos, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, cujos modelos constam no anexo XIII àquele Código.

Nota 2: o presente anexo, integrante do procedimento referido em título, foi elaborado em termos que se compagine, nomeadamente, com as alíneas a) a f) do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril, vulgo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).